



HISTÓRIA SEM INCERTEZAS: O MESTRADO EM HISTÓRIA DA UFPR EM 1972 E O LUGAR SOCIAL DO HISTORIADOR

BRUNO FLÁVIO LONTRA FAGUNDES*

No evento inaugural de onde surgiria a futura associação dos professores universitários de História, realizado em Marília, em 1961, algumas intervenções em debates reiteravam, sem pestanejar, quase uma palavra de ordem: história para historiadores! Como intervenção à exposição de Eurípedes Simões de Paula, a professora Maria da Conceição Martins Ribeiro “lamenta também que o curso de Pedagogia possa dar diploma válido para lecionar História no curso secundário. Em face disso, a professora afirma que se deve exigir: a História para os historiadores”. (ANAIS DA ANPUH, 1961, p.97).

A situação referia-se a uma dupla realidade: a da competição intelectual de historiadores acadêmicos com indivíduos e associações não-profissionais que escreviam sobre o passado sem o método científico, assim como se referia a docentes formados em áreas como Direito e Pedagogia, ou mesmo autodidatas, que, durante muito tempo, na ausência de cursos universitários de formação, se assenhoreavam da matéria escolar História. O controle e a elaboração metódica do passado histórico segundo critérios e parâmetros caucionados pela sanção científica era o argumento em torno do qual circulava uma reivindicação corporativa, a qual, à medida que estabelecia os contornos de uma ocupação, procurava seu lugar na sociedade. A memória do passado e a prerrogativa de ensiná-lo deveria caber a sujeitos que ingressassem numa instituição de saber controlado, dentro da qual passariam por treinamento nos métodos e técnicas hauridos nela.

Se o que nos desafia é compreender o próprio lugar da História em nossos dias ante dilemas nunca antes vividos, o curso de Mestrado em História da UFPR, criado em 1972, organizou-se aproveitando das demandas de seu tempo presente. Ao longo de quase duas décadas reconhecido como “curso de referência”, nele se conseguiu executar uma definição de historiador alinhada a práticas disciplinares que garantiam a certeza de seu lugar social.

Após a Reforma Universitária de 1968, muitas transformações ocorreram na universidade brasileira (...) Nesses vinte anos, a pesquisa científica expandiu-se em ritmo acelerado, foi instituída a pós-graduação e multiplicaram-se os centros de formação pós-graduada, constituiu-se uma comunidade acadêmica numerosa e razoavelmente organizada, os recursos governamentais nunca foram tão abundantes e jamais foram tão satisfatórias as condições de trabalho dos cientistas, ainda que a persistente insatisfação destes possa sugerir o contrário (COELHO, 1988: 11)

* Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de Campo Mourão, Pós-doutorando (PPGHis-UFRJ), CNPq.

As condições para a criação do curso de Mestrado em História da UFPR e seu desempenho acadêmico estavam dadas no início dos anos 1970.

Os nossos dias – compreender no tempo o lugar da História

Parece-nos pertinente dizer que o estado atual da disciplina histórica remete-nos a relação com a temporalidade presentista. Algumas colocações usuais que implicam o presentismo podem ser registradas: a da “sedução pela memória”, as conjunturas que “mudaram para tantos vivos a relação existencial com a história”, a da relação “cada vez mais abstrata com o passado”, ou ainda o tempo presente como dimensão sempre em fuga, tempo curto ou estendido. Enquanto apanágio de um saber que controlava o que lembrar e narrar do passado, os encaminhamentos a serem dados no presente e o que esperar do futuro, a História conseguiu acompanhar o conforto da duração do tempo num ritmo desacelerado que favorecia o orientar-se nos ensinamentos da História mestra da vida.

A aceleração do tempo provocada pelos processos produtivos que colocaram-nos como um item a mais de fluxos de homens e coisas absolutamente transitórios e virtuais que não se agarram a nada, fluxos da instantaneidade e da simultaneidade, promoveu uma inflexão epistemológica como desdobramento vivencial da história. Historiadores deixaram de resolver a compreensão do passado deslocado no tempo. Novos fluxos *on line* com consequências na organização da vida até então inéditos aboliram espaços temporais e geográficos que garantiam a existência sentida como algo que escorre no tempo e se atravessa no espaço. Quebradas as fronteiras das durações temporais, o que se tem é um presente eterno, o “aqui e agora” opressivo, e a disciplina História esclarecedora mestra da vida se esvazia de sentido.

A partir daí a história é quase sempre imediata, vivida por todos que existem, cada qual como arquivos de sua própria condição sem a necessidade de consultar o historiador para saber quem somos, de onde viemos, para onde vamos. O conhecimento do historiador passa a concorrer com o conhecimento de todos os sujeitos sociais, cujo testemunho é o aval de um saber no tempo que prescinde de aconselhadores. Carlos Barros indica a imediatidade da história, apontando o impacto sobre o controle do conhecimento por historiadores profissionais: “cuando una cuestión está de actualidad, sobran sujetos no académicos que quieren intervenir en su interpretación y escritura, cuando no llevar la iniciativa de su puesta en valor” (BARROS, 2007, p.19). Nesse contexto, na maior parte das vezes, a história é conhecimento de todos numa dimensão temporal em que passado, presente e futuro são inomináveis, uma vez que são uma só dimensão.

A disciplina História e os historiadores, no entanto, não podem prescindir de conhecerem sua própria história e a relação que os sujeitos passam a ter com ela.

No sentido dos acontecimentos e processos que passam em grande velocidade, o conhecimento histórico transforma-se em patrimônio legítimo do saber e da compreensão de todos, que a sabem — ou acreditam sabê-la, porque vivem na história. E a disciplina perde em prestígio e legitimidade. Numa perspectiva epistemológica, se o conhecimento histórico investiga as mutações de natureza subjetiva relativas à dimensão das temporalidades, politicamente a história da constituição da disciplina História exige investigar as formas institucionais que organizam-na em cursos num sistema escolar e universitário-acadêmico. Passemos a este ponto.

Colocações teóricas sobre o futuro da História nos quadros do ensino superior brasileiro

Em texto recentíssimo, em reflexão sobre o “futuro da (sem) história”, Valdeci Araújo examina o risco de “redução ou mesmo desaparecimento do ensino de História em bases disciplinares dos currículos de ensino médio e fundamental” (ARAÚJO, 2015: 1). Para executar sua análise, o autor avalia os impactos do modelo criado de pós-graduação no Brasil “na difusão e legitimidade” do conhecimento na área de História e das Humanidades em geral. Analisando os três Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) que, até 1989, regulamentaram o Sistema de Ensino Superior brasileiro, o autor articula a organização do sistema educacional como um todo, ensinos básico e superior, produção de pesquisa erudita e acadêmica em História e seu ensino escolar.

O autor discorre sobre a perda de legitimidade social do conhecimento histórico, enfatizando o papel ativo que órgãos gestores da ciência no Brasil a organizaram, e seguem organizando ao longo de mais de quarenta anos, a produção do conhecimento novo, a pesquisa, como atividade superavaliada, enquanto subavalia o ensino básico da matéria escolar História. Araújo menciona o fato de que, apesar do sólido corpus de conhecimento novo que em mais de quarenta anos os praticantes da disciplina criaram em cursos de pós-graduação, hoje falta perguntar o “quanto desse crescimento [do conhecimento histórico de grande qualidade produzido] se traduziu em comunicação e relevância social?” (ARAÚJO, *idem*: 5). E o quanto pesam sobre os desafios que se põem hoje à área das Humanidades os critérios de avaliação

governamentais para as iniciativas em História produzidas cursos de História e por seus egressos, em vários espaços de produção, ensino e difusão do conhecimento histórico.

Do processo de tratamento assimétrico entre História-pesquisa e História-ensino motivado e açulado por órgãos governamentais — com a CAPES em destaque — são conhecidos os efeitos intraacadêmicos vindos de longa data, como a divisão interna da comunidade historiadora numa hierarquia nefasta entre pesquisadores e professores, motivos de conflitos e dissidências dentro da ANPUH, com docentes rejeitando a participação de professores do Ensino Médio na associação. Docentes dissidentes da atuação da ANPUH vão criar, em 1981, a Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, a SBPH, para cuja criação uma das mentoras foi a professora Cecília Maria Westphalen, grande liderança do Mestrado em História da UFPR. A nova sociedade acadêmica seria “uma nova associação que de modo algum implique relação com alunos e professores secundários, a menos que estes sejam historiadores (...)”.¹

O pesquisador Valdeci Araújo advoga, ainda, a ideia de que os historiadores precisam regularmente fazer a reflexão sobre o estado da arte do seu campo profissional “em todas as suas dimensões: de formação, ensino, produção, comunicação e difusão do conhecimento acumulado.” Para o autor, fazer isso “significa deslocar o debate e a prática sobre avaliação das esferas estatais e burocráticas para âmbitos mais sensíveis à autonomia profissional” (*idem*: 14), o que não é observado por aqueles que decidem sobre o planejamento do sistema de ciência no Brasil, regularmente egressos de áreas totalmente alheias aos critérios de validação do conhecimento inerentes ao campo das Humanidades.

Também analisando planos nacionais de pós-graduação, Hostins (2006) oferece subsídio novo relativo aos governos militares. A autora desdobra-se em identificar o contexto de implantação dos planos em função das políticas públicas dos governos militares e seus propósitos de expandirem os investimentos em universidades federais como incremento da ciência como prioridade estratégica. “As pesquisas históricas evidenciam que foi o regime militar que, em aparente contradição, elegeu como prioridade a formação do pesquisador e do docente no contexto universitário” (HOSTINS, *idem*: 136). *Pari passu* ao autoritarismo, os

¹ Carta da professora Maria Beatriz Nizza da Silva a Cecília Maria Westphalen, a 8 de março de 1978. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Arquivo Cecília Maria Westphalen. PI 15, Caixa 3. O arquivo da professora Cecília Maria Westphalen, recolhido ao arquivo do Estado do Paraná, não tem tratamento da informação. O acervo tem tratamento físico, com documentação acondicionada em caixas sem organização cronológica, sem notação e codificação dos documentos, sem instrumento de busca. Há apenas numeração sequencial das caixas. Por isso, as referências aqui serão às caixas numeradas apenas identificadas como PI, produção intelectual.

governos “abriam espaços para a ciência, a tecnologia e a educação superior” (SCHWARTZMAN, 2001 *apud* HOSTINS, 2006: 134). Numa perspectiva complementar, Balbachevsky (2005, *apud* HOSTINS, 2006: 134) acentua que a implantação da pós-graduação pelo regime militar refletia “alternativa doméstica e barata de qualificação de professores das universidades federais” em expansão e “percepção das potencialidades” da formação em nível de pós-graduação. Hostins (2006: 137) aponta que o I Plano Nacional de Pós-Graduação (1975-1979) estava “articulado ao I Plano Nacional de Desenvolvimento” do regime militar.

Chegaremos ao desenho institucional do curso de Mestrado em História da UFPR a frente, antes, porém, vamos examinar o que cursos de História têm feito para ensaiar soluções para os desafios que os acometem.

Alguns cursos de História: o que têm feito ... já há algum tempo.

De maneira espontaneísta, com planejamento próprio e sem articulação, muitos cursos de História já há algum tempo executam iniciativas que introduzem práticas às quais, presume-se, pretendem reformar o perfil do graduando e que anseiam critérios outros para a avaliação de suas iniciativas. Nos quadros de seus encargos, introduzem atividades que procuram alinhar a produção de pesquisa, o ensino e a comunicação do conhecimento histórico produzido. Tais iniciativas, vistas do alto, deixam entrever motivações derivadas de uma percepção dos integrantes do campo como carentes de uma avaliação que os oriente mais sistemática e unificadamente o combate pela História em seus dilemas atuais. É provável que, mesmo intuitivamente, fazem-no assim seguindo diagnósticos da área que a comunidade historiadora tem feito nos quadros do formato dos cursos e de seu futuro.

Em abril e junho de 2012 — há quase três anos atrás, portanto — fizemos consulta a cursos de História de Norte a Sul do país, via web, lendo seus textos de Apresentação em suas *homepages*, e com consulta a coordenadores e professores via *mailing*. Fizemos visando obter informações do que faziam os cursos então e as motivações declaradas para a tomada de iniciativas. Foram consultados e feito contatos com 205 sites de cursos de Graduação e 35 programas de Pós-Graduação. Obtivemos retorno de representantes de aproximadamente 40 cursos por email. Vejamos alguns exemplos daquelas iniciativas.

A perspectiva de participação de historiadores em ONGs não tem sido rara.²

² As falas de professores e coordenadores dos cursos e a apresentação dos mesmos em sua homepage não foram identificadas aqui por questão de não haver sido solicitada autorização para fazê-lo. Ante isso, optamos por fazer

No que diz respeito à consultoria, fechamos um amplo convênio com uma ONG local. Essa parceria já vem desde 2004. Eles produzem fundamentalmente documentários sobre a cidade e têm uma ação focada para a questão patrimonial. Os projetos (...) sempre utilizam alunos ou egressos do curso e conta com a consultoria ou assessoria dos professores. No final do ano passado, esta parceria nos trouxe uma vitória inesperada: tivemos um projeto aprovado junto ao IBRAM, em primeiro lugar em todo o Brasil. Neste projeto, a ONG, o curso de História e os alunos, junto com a comunidade do Morro do [---] almejam um museu para a Comunidade (...) (considerada uma favela com alto índice de criminalidade). (...) Já tivemos outros trabalhos em parceria com [a ONG] que renderam eventos acadêmicos com participação de outros setores da sociedade (...) A parceria iniciou com conversas já que eles pretendiam fazer um documentário sobre a história local, mas não tinham muita informação. Eles procuraram a [universidade] e o curso (...) A partir daí, temos trabalhado juntos em vários projetos (...)

Ações relativas a patrimônio e memória destacam-se entre demandas entendidas como implicadas com historiadores. A Apresentação de cursos e as falas de coordenadores fazem perguntar se muitos cursos não devem ser vistos com outros olhares.

(...) demandas ... ontem mesmo fomos procurados pela União Operária. Eles querem nos mostrar as atas, as fotos e vários membros querem contar sua história... temos que dar um retorno para eles. O Morro do [---] quer guardar a memória de seus antigos moradores... temos que estar lá!!! A prefeitura local, em função de alguns trabalhos da [universidade] inseriu em sua matriz curricular uma disciplina sobre História Local. Temos que atender professores desesperados que, sem formação na área, não sabem onde encontrar essa história local... vamos propor um projeto de docência em conjunto com a Pedagogia... nunca nos trancamos na academia... estamos sempre voltados para a comunidade. Existimos em função dela e deixamos o academicismo só para os artigos

Destacam-se na Apresentação dos cursos as “demandas sociais”: demandas “relativas ao conhecimento histórico voltadas especificamente para o ensino na educação básica, além de atividades culturais relacionadas com museus, preservação do patrimônio e da pesquisa histórica”; demandas ligadas à “cultura geral e a particularidades culturais da comunidade em que atuará”; “demandas de produção, prática e difusão do conhecimento histórico e às necessidades de discussão da sociedade em geral sobre o seu trajeto histórico, suas memórias, sua relação com o passado-presente e seu patrimônio histórico-cultural”.

Atividades educativas e de pesquisa também são articuladas à difusão do conhecimento histórico, mobilizando outros públicos e equipamentos. “Temos a intenção, mas nem sempre conseguimos. Já tentamos manter uma coluna em jornal diário, por exemplo, mas não foi

as citações em aspas quando se trata de citar o texto das Apresentações do curso, e em forma de citação direta, com afastamento e recuo, quando se trata da fala de coordenador/professor no texto de e-mails. Qualquer registro que pudesse identificar a procedência da informação foi suprimido deste texto. Textos em aspas emitidos em primeira pessoa do plural também são falas de coordenadores e/ou professores dos cursos.

adiante”. Cursos fazem difusão do conhecimento por meios de comunicação da universidade, como rádios e tevês educativas. “Por exemplo, há tempos atrás tentamos nos articular com o curso de comunicação visual (por conta da TV Universitária), mas não obtivemos êxito. Uma nossa professora está atualmente tentando restabelecer esse contato, para que nossos alunos possam fazer estágio na TVUniversitária (...)”.

Não tem sido incomum, ainda, tem sido a previsão de formação para assessoria/consultoria a projetos culturais e artísticos e a meios de comunicação. O depoimento de coordenadores leva a crer que esse é um anseio. Sempre problematizados pelo condão intrínseco a elaborações do conhecimento feitos apressadamente e provocadoras mais de sensação do que de conhecimento substantivo, os *medias* têm merecido avaliações sob vários aspectos pelos historiadores.

Para muitos [professores de História], o historiador e a historiografia vêm perdendo espaço na construção da cultura histórica, seja pela crise da transmissão escolar (que não pode ser reduzida ao problema da formação do professor), seja pela democratização dos usos da história ou o controle da memória social pelos grandes conglomerados midiáticos ou ainda pelo afastamento “natural” entre conhecimento especializado e interesse social. (ARAUJO, 2015: 2)

Enquanto Carlos Barros afirma a indispensabilidade de participação de historiadores na “arena pública”.

Sin renunciar ao rigor y la honestidad en el uso de las fuentes que distingue el historiador de oficio, el interés de la historia como disciplina debería incentivarlos a tomar más la iniciativa de su uso público cuando las circunstancias, el tema o el enfoque lo requieran, en competencia con otros cultivadores de la historia. Aceptamos como una bendición para nuestra disciplina el renovado gusto público por el pasado, mejor dicho, por determinados aspectos y enfoques del pasado, desde diversos y a veces contrapuestos medios políticos e institucionales, mediáticos e sociales, independientemente de las motivaciones y el grado de rigor – o de mitificación – de dichos acercamientos. (...) Sin historiadores en la arena pública, la alternativa será la banalización de la historia como un producto más del debate ideológico y la sociedad de consumo (BARROS, 2007: 6)

A divulgação de conhecimento histórico para além do público escolar/acadêmico parece estar entrando definitivamente na pauta da perspectiva de formação prevista pelos cursos. O uso de meios de comunicação como suportes para atividades indica que a formação do historiador para lidar com meios de comunicação é perspectiva bem viva. A questão é como fazer de modo integrado a um sistema de avaliação que valide atividades pertinentes à área de História e de seus profissionais.

(...) Os meios de comunicação social procuram historiadores da Universidade com muita frequência, para as mais variadas demandas: entrevistas, artigos para

cadernos de cultura, pesquisa histórica para documentários audiovisuais e organização/coordenação de colecionáveis encartados em jornal, por exemplo.

(...) Temos uma agenda anual com visitas às escolas públicas e privadas, além de eventos em praças de bairros e do centro da cidade onde fazemos mostras fotográficas sobre a história local. Além disso, a TV [universitária] nos proporciona condições de sempre divulgar os trabalhos de pesquisa de alunos e professores. (...) temos uma parceria com o curso de Pedagogia, com participações frequentes em uma programação feita junto às alunas de cursos de magistério cujo desfecho se dá no Programa de TV Roda de Saberes.

É freqüente a menção à participação de historiadores em projetos em turismo, arte e cultura, assim como a produtos da indústria cultural, o que é “uma possibilidade ainda muito nova de trabalho que se abre hoje aos historiadores, dada a crescente demanda social pela História”. Na Apresentação de alguns cursos, a comunicação institucional do conhecimento pode concatenar Memória e Patrimônio. “Outra parceria fundamental é a do Museu da Cidade, dirigido por outro egresso do curso. As exposições feitas com a parceria do curso aumentaram significativamente o número de visitantes no Museu. No ano passado, este número passou de 1.000, superando anos anteriores (...)”. Atentos a uma realidade com “novos paradigmas de sociedade e de educação”, cursos combinam ênfases inovadoras que convivem com paradigmas que seriam velhos.

(...) queremos romper com a dicotomia professor/pesquisador. (...) procuramos enfatizar a formação do profissional de História que possa atuar em diferentes espaços. O curso possui convênio de pesquisa com instituições da cidade e desenvolve inúmeras atividades para que o aluno vivencie as dimensões de pesquisa, extensão e ensino (...) Também me incomoda bastante a ênfase demasiada em pesquisa, afinal 90% de nossos formandos irão para as salas de aula da educação básica. Percebo que (...) há uma hierarquização, sendo que a pesquisa é o topo. Há alunos que são bolsistas do PIBID mas não hesitam em trocar esse programa pelo PIBIC, porque terão, segundo sua argumentação, mais chances para pesquisa e blá...blá...blá...

Talvez os cursos devessem criar indicadores que aferissem o valor e a qualidade de suas iniciativas, sem se limitar ao unilateralismo quantitativo de critérios como número de trabalhos publicados e produção *de* e participação *em* eventos. Sem ignorar a relação Graduação (ensino e extensão) e Pós-Graduação (pesquisa), há indícios de que ensino/pesquisa/extensão têm sido feitos a partir de públicos e finalidades diversas.

Em seu “rápido retrato da área de História”, Valdeci Araujo propõe-se, a partir de hipóteses que reconhece carentes ainda de dados suficientes para viabilizar diagnósticos convincentes, analisar “desafios e ameaças ao crescimento da historiografia em suas bases atuais” (ARAUJO, 2015: 5). O autor adverte para o papel histórico crucial que, na organização do sistema de ensino superior brasileiro, a CAPES teve — e continua tendo — de enquadrar o

conhecimento histórico numa perspectiva que não percebe a História como “elemento central da formação humana integral” e equiparando-a às “ciências de produto” — as ditas “ciências duras”. E o autor assim o faz sistemicamente, articulando os diversos níveis de ensino e formação, identificando como, para os responsáveis pelas políticas científicas no país, a pós-graduação é baliza em torno da qual todo o sistema de ensino deve girar e responder como figurante de um cenário onde o protagonismo é o da pesquisa e da produção de conhecimento novo.

Pesquisa e conhecimento novo são entendidos como geradores de benefícios produtivos tecnológico segundo critérios empresariais de economia de mercado incrementada por políticas de baixo custo que reduzem a formação humana escolar ao “letramento e ao numeramento” a fim de atender ao mundo globalizado competitivo e a seus gestores.

Pouco ou nada se diz sobre a formação e a transmissão de valores e conhecimentos, o aporte de contribuições de longo prazo, o acrescentar ao patrimônio cultural e o acúmulo de sabedoria. Toda ênfase é colocada na produção de conhecimento novo, o que mais recentemente ficou consagrado com o conceito de “inovação” (ARAÚJO, *idem*: 7)

O curso de mestrado em História da UFPR nos anos 1970 e 80

Onde, então, o curso de Mestrado em História da UFPR?

Em muitos aspectos, seus desafios eram outros, mas eles podem ser comparados aos atuais, um espelho de análise.

Carlos Barros condena os comportamentos que querem reduzir “o papel público da História” e historiadores à empiria, meros provedores de dados para outros profissionais que pensam os dados em sistemas de entendimento.

Peligroso reduccionismo de la historia profesional a la empiria que deja terreno libre, al presente, a los poderes interesados en escribir la historia pasada, presente y futura, pretendiendo reubicar a los historiadores como simples técnicos especialistas en archivos y fuentes, académicos enclaustrados, proveedores de datos históricos pero no pensadores de la historia, lo que corresponderia en determinados temas a políticos y otros productores de ideología (BARROS, 2007: 6)

Mas não era assim nos anos 1970 na perspectiva que o curso de Mestrado em História da UFPR se institucionalizou como o primeiro Mestrado em História em universidades federais reconhecido pelo MEC.

Na história do curso de Mestrado em História da UFPR é possível avaliar o alinhamento do curso às políticas incentivadas por órgãos e agentes de fomento e pelas decisões

governamentais, a que, durante quase duas décadas, manteve o curso como “de referência” em suas áreas de concentração em História Social e Econômica.

Alguma acomodação ao sistema de pós-graduação e ao regime militar foi necessária por parte do Departamento de História (DEHIS) da UFPR e seu PPG. Preferimos seguir uma linha de pensamento que evite a polarização resistência e colaboração na análise das relações entre “intelectuais e pesquisadores acadêmicos com o regime militar” — como advoga o historiador Rodrigo Patto em seu livro sobre as universidades e o regime militar (SÁ MOTTA, 2014: 7). As vinculações, eventuais aproximações daqueles professores com governos militares podem ter sido estratégicas: “de fato, o regime político construído a partir de 1964 teve dupla dimensão: ele foi ao mesmo tempo destrutivo e construtivo, embora seu impulso modernizador tenha se viabilizado de forma repressiva (SÁ MOTTA, *idem*: 7).

Para o Mestrado em História da UFPR, fez-se importante a adoção de um paradigma que configurasse o “o ofício do historiador” entendido como alguém cujo desempenho se vinculava a aportes teórico-metodológicos e à perícia técnica, que transformavam acervos históricos dispersos em arquivos disponíveis à pesquisa de especialistas diversos. Criado em 1968 pelo Departamento de História (DEHIS), o projeto Levantamento e Arrolamento de Arquivos da História do Paraná — agraciado e evocado em encontros da ANPUH por um bom tempo como modelo de cuidado com a documentação histórica no país — havia, até 1974, mobilizado “196 arquivos no estado do Paraná, arrolados 4 e publicado 61 relatórios de pesquisa”, além de ter “aplicado cerca de 1.800 questionários, elaborados pela Operação Arquivos, praticamente em todos os municípios paranaenses, incluindo informações relativas aos acervos, fundos e/ou coleções”.³

Concomitante à adesão a um paradigma profissionalizante que distinguisse o historiador de outras profissões, adotar uma estratégia de definição do campo de conhecimento histórico específico — com método, linguagem e texto, objeto e fontes próprias, sob controle — se fez necessária, articulado a áreas de conhecimento como a Arquivologia, a Economia e a Demografia.

³ Informações retiradas do “Plano de Trabalho Global” do “Projeto Sistema Automatizado de Informações sobre Arquivos Paranaenses — BANARQ”, coordenado por professora do Departamento de História, provavelmente apresentado à Reitoria da UFPR. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Arquivo Cecília Maria Westphalen. PI 15, Caixa 5. Documento sem data. O projeto em questão, provavelmente quase vinte anos depois, desdobrava atividades vinculadas ao projeto de Levantamento de Arquivos de 1968.

Professores do curso entretiveram relações de orientação com professores estrangeiros, visitantes ou não — sobremaneira franceses — e com suas instituições acadêmicas, em torno das quais estabeleceram parcerias, interlocução e intercâmbio que garantiam ao curso, através de fomentos diversos, do governo nacional ou não — bolsas de estudo, verbas para publicação, participação em eventos, no país e no exterior. Entre 1975 e 1979 estiveram no DEHIS, proferindo palestras ou ministrando cursos, Jacques Bertin, Adeline Daumard, Frederic Mauro, Jacques Dupaquier, Herbert Klein, Hubert Chaborneau. No curso de Mestrado em História da UFPR, a avaliação da qualidade da formação oferecida e de seu ensino se fez por indicadores nada desprezíveis. Poucos anos depois do reconhecimento, o curso foi consagrado como “de excelência”.

Seus indicadores podem ser aferidos em duas frentes de captação de dados, uma mais acadêmica segundo critérios objetivos e visíveis, e outra mais política, segundo critérios que davam a ver a vinculação — não se discute neste momento se intencional ou não — do curso com as prioridades governamentais e sua doutrina do desenvolvimento nacional. O DEHIS da UFPR conseguiu, efetivamente, num tempo de fixação da autoridade da ciência indispensável ao surgimento de técnicos e profissionais especialistas para as tarefas que envolviam o desenvolvimento, alinhar a ciência da História à doutrina do desenvolvimento, com as facilidades que tal alinhamento carrega aos processos de negociação dos professores do curso quando do implante de seu pioneiro mestrado.

(...) É sabida, hoje, a importância da documentação histórica, bem como se conhece o extraordinário valor dos arquivos históricos, inclusive para os planos e projetos que visem à promoção dos recursos humanos e o desenvolvimento econômico e social, e o trabalho do historiador não pode ser omitido nas atividades de planejamento e assessoramento, razão por que não somente por motivos de ordem estritamente da ciência histórica, mas também da ação político-administrativa, há de recorrer-se à documentação organizada e arranjada, segundo normas técnicas indispensáveis.
(WESTPHALEN, BALHANA, 1969: 7)

O curso tornou-se referencial da comunidade internacional de cientistas em História Demográfica Quantitativa, alimentando as bases governamentais de dados macro sócio-econômicos com que se pudessem mensurar as realidades alvo da elaboração de políticas públicas setoriais às quais a História não só legitimava, mas de onde hauria seu prestígio.

Com área de concentração em História Econômica e Social, e especializado nos métodos quantitativos e estatísticos de uma história do econômico e social avalizada pela demografia histórica segundo grandes séries de documentos recolhidos em arquivos, o

mestrado em História da UFPR conquistou o aval de muitos autores e observadores estrangeiros.

O trajeto da consagração pode ser detectado pelo conjunto intenso de encaminhamentos institucionais envolvendo instâncias universitárias e governamentais: professores com bolsas, projetos modelo de preservação de acervos documentais, participação em eventos dos mais diversos e associação com instituições de pesquisa internacional que articulavam o curso aos objetivos da introjeção do hábito da pesquisa, objetivo dos primeiros planos nacionais de pós-graduação. As décadas de 1970 e parte dos anos 1980 viram o mestrado em História da UFPR consagrar um programa de pós-graduação coadunado com os parâmetros de avaliação dos governos da época militar segundo o que queriam da ciência como alavanca do desenvolvimento tecnológico do país pelo incremento do desenvolvimento técnico-científico, em função do que cursos de História deveriam traçar suas diretrizes de formação.

O Plano do Governo do Estado através de suas Diretrizes Globais, 1979-1983, consolida sua inspiração num sistema de valores “centrado na dimensão social da pessoa humana”, enfatizando o incentivo ao desenvolvimento e promoção cultural, incluído como terceira diretriz. (...) Nesse sentido o governo objetiva a citada diretriz enfocando a necessidade de que sejam promovidas medidas visando o “inventário, preservação e conservação do patrimônio histórico-cultural (...). Nesse sentido, a preservação do patrimônio documental (...) está perfeitamente integrada no Plano de Governo, ampliando as possibilidades de ação interessadas na preservação da memória cultural e artística. Logo, a preservação e a identificação e divulgação do patrimônio documental é condição de maturidade de um povo, e para tanto deve ser considerado o apoio do desenvolvimento tecnológico, prevendo novos meios de inventariar, conservar e dar acesso aos documentos.”⁴

Mesmo o grande conflito provocado pelos Estudos Sociais teve acolhida diferenciada pelo DEHIS da UFPR. Motivo de conflitos e disputas no cerne da relação entre professores e pesquisadores de História e o manejo do governo militar de conteúdos e da postura pública cívica de alunos na matéria escolar História, os Estudos Sociais provocaram reação nacional junto a muitos intelectuais historiadores, que não se rendiam ao uso político da História e a redução da disciplina a uma habilitação do curso de Estudos Sociais.

A situação não atinge o curso de História da UFPR, pelo contrário.

Em 1975, o curso desenvolveu uma metodologia de ensino que aperfeiçoava, em tese, e viabilizava o ensino dos Estudos Sociais em escolas de 1º grau em Curitiba em parceria com o governo estadual, com o que evitava o conflito com o governo federal militar. Professores e

⁴ Extrato do Projeto *Memória Paranaense. Implantação e Levantamento. Banco de Dados da Documentação Paranaense* existente no arquivo de Cecília Maria Westphalen, apresentado em abril de 1979 à Secretaria da Cultura e Esporte do Estado do Paraná pela Biblioteca Pública do Estado. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Arquivo Cecília Maria Westphalen. PI 15, Caixa 1.

mestres do curso publicaram “Estudos Sociais na Longa Duração”,⁵ que apresentava os métodos de ensino, planejamentos da disciplina, ementas e conteúdos curriculares, conectando a História com a Geografia. Raquel Glezer registra as reações da comunidade de acadêmicos, professores de ensino básico e ensino superior, às reformas educacionais das décadas de 1960 e 1970, desde quando

as disciplinas das áreas de Ciências Humanas vêm sendo alvo de constantes ataques, que vão desde a introdução de uma disciplina anódina e inexistente, como Estudos Sociais em substituição à História e Geografia no ensino de 1º grau até a eliminação completa no 2º grau, além da aberrante criação das “licenciaturas curtas” para a formação do professor polivalente para o 1º grau. (GLEZER, 1982: 117)

Registra ainda a autora como a comunidade acadêmica rechaçou com veemência o Parecer de Paulo Natanael, em 1980, do qual emanava Projeto de Resolução que “fixava os mínimos de conteúdo e duração do curso de Estudos Sociais, com as habilitações de História, Geografia, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil” (GLEZER, *idem*, p.124). O projeto reduziria a formação em Geografia e História a meras habilitações do curso de Estudos Sociais. Mesmo no ambiente de hostilidade reativa ao projeto da parte da imensa maioria das associações científicas e da comunidade acadêmica — o que redundou na retirada do Projeto de Resolução — mesmo nesse processo em curso o curso de Mestrado em História da UFPR não só cresceu, como também desenhou uma forma de efetivar a disciplina nas escolas.

Contra o que identificava como estudantes que não conhecia uma “formação completa”, “o pessoal [da UFPR] deveria saber a História corretamente” — segundo nos disse uma de suas ex-professoras — os estudantes deveriam saber a História “da forma mais completa possível”. Uma História mais completa possível requeria identificar como fazer uma História que escapasse de leituras conflituosas que fizessem da prática profissional uma prática crítica político-ideológica, fugindo do Marxismo, e que, nos termos que entendemos hoje, não contivesse uma perspectiva que entendemos por Humanidades.

Tão pouco devem ser admitidas concessões aos modismos e aos patrulhamentos ideológicos. Um dos modismos em voga é a admissão da falsa dicotomia de uma história dos vencidos e de uma história dos vencedores, como se o processo histórico não fosse um só, a história de todos, de vencidos e vencedores (...) Depois, são questões metodológicas. Somente o emprego de novas metodologias e a utilização de novas fontes, como o faz por exemplo a Demografia Histórica é que permitiram a inclusão de todos os homens e não apenas de alguns homens. Uma das patrulhas atuantes na historiografia brasileira na atualidade é a dos historiadores marxistas, sobretudo dos soi-disant marxistas, de modo que se concede que um centro de

⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Departamento de História. *Estudos Sociais a partir da Longa Duração*. Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná, 1976-1977.3 v.

inspiração teórica e ideológica marxista seja o mais dinâmico e pioneiro dos existentes no país, quando pelos próprios dados em anexo, facilmente se comprova que, em termos de produto final, nada de concreto apresentou, não sendo, pois, dinâmico ao menos operacionalmente. (...) (sublinhados no original)⁶

O curso tinha finalidades objetivas de quantificar os dados do passado sobre os movimentos da população do estado do Paraná que pudessem ser úteis para a elaboração de políticas públicas setoriais e formar o profissional com a destreza e perícia de identificar documentação histórica, organizá-la, deixando-a disponível para a pesquisa especializada em várias áreas governamentais. A situação do curso exigia a caracterização do mesmo como formação em torno da qual não houvesse dúvida de sua função utilitária para a sociedade e de sua natureza que não pusesse como motivação uma formação humanística, com a virtude de ser uma formação técnica muito próxima da Arquivologia.

O trabalho desenvolvido consistiu no fichamento do material reorganizado de parte do acervo do arquivo da Câmara Municipal de Curitiba, bem como na organização de dois (2) fichários que estão sendo datilografados, um para a referida entidade e outro para o Departamento de História da UFPR. (...) Foi possível, assim, salvaguardar uma preciosa documentação referente à vida político-administrativa local. (...) Para poder desenvolver o trabalho de maneira eficiente foi necessário que os estudantes/bolsistas se familiarizassem com as atividades desenvolvidas no órgão, com princípios e prática de documentação e pesquisa histórica e com técnicas de classificação, arquivamento e fichamento de material, que foi provido pelas coordenadoras em suas respectivas áreas e também por pessoal efetivo da Câmara Municipal de Curitiba.⁷

A organização de arquivos e seus profissionais, onde o historiador seria indispensável, seria o *expert*, dava a marca do curso, reconhecido internacionalmente como centro de excelência em História Quantitativa e Demográfica, prestígio conquistado em função das séries de documentos que integrantes do DEHIS, professores e alunos, identificaram e organizaram desde 1968 no ambicioso projeto de Levantamento de Arquivos e considerado “exemplar” de cuidado com documentação histórica junto à comunidade historiadora. Além de várias consultorias em arquivos e documentação, solicitação de pareceres, convites de visita de vistoria praticadas por integrantes do DEHIS junto a outras instituições acadêmicas e mesmo empresas. O curso elaborava seu corpus de conhecimento sobre o Paraná em dissertações de

⁶ Extrato do documento *Comentário ao Relatório da Área de História*, sem data e sem assinatura, existente no arquivo de Cecília Maria Westphalen, com comentário manuscrito a margem: “original enviado à Maria Beatriz” [Nizza da Silva?] com letra da professora Cecília Westphalen. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Arquivo Cecília Maria Westphalen. PI 15, Caixa 2

⁷ Extrato de Relatório apresentado ao Diretor do Departamento de Assuntos Estudantis do MEC informando sobre atividades arquivísticas desenvolvidas em convênio entre a Câmara Municipal de Curitiba e a UFPR, sob coordenação de professora do curso de História e bibliotecária-chefe de biblioteca da Câmara. 1979. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Arquivo Cecília Maria Westphalen. PI 15, Caixa 2.

Mestrado, construía sua utilidade estratégica e seu prestígio público alinhados ao discurso do desenvolvimento, para o que contava com a chancela e o apoio governamentais.

O historiador tinha uma utilidade indispensável com que se identificava: “apoio do desenvolvimento tecnológico, prevendo novos meios de inventariar, conservar e dar acesso” a documentos para fins institucionais e governamentais diversos. Em projetos desenvolvidos pelo curso em matéria de documentação, o DEHIS da UFPR visava não só o desenvolvimento da ciência histórica, mas o desenvolvimento da ciência histórica como coadjuvante de uma história que era a do desenvolvimento nacional nos termos com que o desenvolvimento era entendido pelos governos de então.

Consideração final

Começar a imaginar as condições de um cenário desejável para a educação superior, e em especial para a universidade pública latino-americana, implica começar por colocar sobre a mesa os principais problemas que têm nossas sociedades, e a escassa habilidade que tem tido a universidade para contribuir com respostas pertinentes (GUADILLA, 2003: 28).

Avaliar Mestrados de História nascidos há mais de quarenta anos e viventes durante mais de vinte como “curso de excelência”, como foi o da Universidade Federal do Paraná, é olhar um curso tornado emblemático do desenho institucional de cursos de História pós-graduado, reforçando um padrão que fomenta a crença positivista numa supervalorização da pesquisa.

Avaliando o curso de mestrado da UFPR criado em 1972, exaltado como “curso que deu certo”, há de se reconhecer a dificuldade de proposição fácil para a resolução de dilemas, e propugnar ações corajosas de auto-exame dos praticantes de História, principalmente naquilo que sejam ações revisoras do que são seus cursos, o que modelam suas iniciativas e atividades e reivindicar mudanças e revisões de critérios que favoreçam observá-los com olhos capazes de identificar suas potencialidades. A fim de, talvez, reconquistar seu prestígio perdido para além de uma baliza cientificista e positivista, junto a um público de 50 milhões de colegas que escolhem histórias *on line* e coevas à história escolar ensinada. O que garantiria, talvez, construir uma legitimidade pública do conhecimento histórico e reenquadrar a importância da História como essencial para uma formação humana que não resuma o sujeito a cidadão que só o é na medida em que seja produtor e consumidor no mercado de bens econômicos.

O exemplo do curso da UFPR pode servir de espelho para análises e atitudes atuais.

Referências

- ANAIS DA ANPUH, 1961. Disponível em <http://anpuh.org/anais/>. Acesso em novembro 2014.
- ARAÚJO, Valdei. Pós-graduação, avaliação e futuro da (sem) história. Versão preliminar para debate. Maio de 2015. Disponível em
http://www.academia.edu/12465194/P%C3%B3s-gradua%C3%A7%C3%A3o_avalua%C3%A7%C3%A3o_e_o_futuro_da_sem_hist%C3%B3ria. Acesso em 26 de maio de 2015.
- BALBACHEVSKY, E. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. In: BROCK, C; SCHWARTZMAN, S. *Os desafios da Educação no Brasil*. RJ: Nova Fronteira, 2005.
- BARROS, Carlos. Propuestas para el nuevo paradigma educativo de la Historia. *Revista HISTEDBR on-line*, Campinas, n.28, p-2-24, dez 2007.
- COELHO, Edmundo Campos. *A sinecura acadêmica: a ética universitária em questão*. SP: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988. 143 p.
- GLEZER, Raquel. Estudos Sociais: um problema contínuo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.2, n.3, p.117-149, 1982.
- GUADILLA, Carmem Garcia. Balance de la década de los '90 y reflexiones sobre las nuevas fuerzas de cambio en la educación superior. In: _____. *Las universidades en América Latina: ¿reformadas o alteradas?*. La cosmética del poder financeiro. Buenos Aires: CLACSO, 2003. P.17-37. Disponível em
http://www.ccee.edu.uy/eda/TGU/ensenian/historia_univ/bALANCE_DeCADa90G.GUADILLA.pdf. Acesso em maio de 2015.
- HOSTINS, Regina Célia Linhares. Os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira. *Perspectiva*, Florianópolis, v.24, n.1, p.133-160, jan.jun.2006. Disponível em <http://www.perspectiva.ufsc.br>. Acesso em abril de 2015.
- SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. 2014. *As universidades e o regime militar*. Cultura política brasileira e modernização autoritária. RJ, Zahar, 429 p.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: Ministério da Ciência e da Tecnologia/Centro de Estudos Estratégicos, 2001
- WESTPHALEN, Cecília Maria; BALHANA, Altiva Pilatti. 1969. Introdução. *Boletim 9 da Universidade Federal do Paraná, Arquivos Paranaenses*, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Departamento de História, Curitiba, p.5-18.